



# JORNAL OFICIAL

Terça-feira, 17 de outubro de 2017



Série

Número 181

## Sumário

### SECRETARIAS REGIONAIS DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E EUROPEUS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### Portaria n.º 409/2017

Procede à alteração dos n.ºs 1, 2 e 4 da Portaria n.º 635/2016, de 29 de dezembro, que autoriza a distribuição dos encargos orçamentais relativos à aquisição de serviços “Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares – Ribeira Brava – Projetos de Especialidades” – Processo n.º 9/2016, no montante global de € 99.000,00.

#### Portaria n.º 410/2017

Altera os n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 509/2016, de 29 de novembro que procede à distribuição dos encargos orçamentais relativos à Reparação e Reforço das Estruturas de Contenção do Talude Sobranceiro ao Porto de Recreio da Calheta” – Processo n.º 31/2016, no montante global de € 4.350.000,00.

#### Portaria n.º 411/2017

Autoriza a repartição dos encargos orçamentais previstos para a obra da “Escola Básica e Secundária Francisco Freitas Branco – Porto Santo – Projetos de Especialidades”, processo n.º 10/2016, no valor global de € 36.400,00.

### SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

#### Portaria n.º 412/2017

Autoriza a repartição dos encargos orçamentais relativos à aquisição de imunoglobulinas e soros para 1.º semestre de 2018, para o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., para o período de 6 meses, no valor global de € 345.153,41.

#### Portaria n.º 413/2017

Autoriza a repartição dos encargos orçamentais relativos à aquisição de material para cirurgia laparoscópica para o ano 2018, válido pelo prazo de 1 ano, no valor global de € 467.387,28.

#### Portaria n.º 414/2017

Autoriza a repartição dos encargos orçamentais relativos à aquisição de gases medicinais e aluguer de contadores de oxigénio medicinal para o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., válido pelo prazo de 1 ano, com possibilidade de renovação por sucessivos períodos de um ano, até ao limite máximo de 3 anos, no valor global de € 5.628.334,32.

### SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE AGRICULTURA E PISCAS

#### Portaria n.º 415/2017

Estabelece a formação específica de trabalhadores na carreira especial de inspeção de pescas, bem como os termos da organização, duração, conteúdo e avaliação do curso de formação específico para integração na carreira especial de inspeção de pescas.

## SECRETARIAS REGIONAIS DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E EUROPEUS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Portaria n.º 409/2017

de 17 de outubro

Através da Portaria n.º 635/2016, de 29 de dezembro, procedeu-se à distribuição dos encargos relativos à aquisição de serviços “ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PADRE MANUEL ÁLVARES – RIBEIRA BRAVA – PROJETOS DE ESPECIALIDADES” – Processo n.º 9/2016.

Havendo necessidade de efetuar uma alteração à referida Portaria n.º 635/2016, de 29 de dezembro, manda o Governo Regional pelo Secretário Regional Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública e pelo Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus o seguinte:

- Os n.ºs 1, 2 e 4 da Portaria n.º 635/2016, de 29 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

- Os encargos orçamentais previstos para a “ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PADRE MANUEL ÁLVARES – RIBEIRA BRAVA – PROJETOS DE ESPECIALIDADES”, processo n.º 9/2016, no montante global de € 99.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

Ano económico de 2016.....	€ 84.675,00
Ano económico de 2017.....	€ 2.865,00
Ano económico de 2018.....	€ 5.730,00
Ano económico de 2019.....	€ 5.730,00

- A despesa prevista para o corrente ano económico tem cabimento na rubrica da Secretaria 43 Capítulo 50 Divisão 02 Subdivisão 02, Projeto 51359, Fonte de Financiamento 172 e 219 e Classificação económica 02.02.14.DS.00 do Orçamento da RAM para 2017.
- A verba necessária para os anos económicos de 2018 e 2019 será inscrita nas respetivas propostas de orçamento da RAM para 2018 e 2019.”

- Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Assinada a 2017/10/04.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E EUROPEUS, Mário Sérgio Quaresma Gonçalves Marques

### Portaria n.º 410/2017

de 17 de outubro

Através da Portaria n.º 509/2016, de 29 de novembro, procedeu-se à distribuição dos encargos relativos à “REPARAÇÃO E REFORÇO DAS ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO DO TALUDE SOBRANCEIRO AO PORTO DE RECREIO DA CALHETA” – Processo n.º 31/2016.

Havendo necessidade de efetuar uma alteração à referida Portaria n.º 509/2016, de 29 de novembro, manda o

Governo Regional pelo Secretário Regional Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública e pelo Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus o seguinte:

- Os n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 509/2016, de 29 de novembro, passam a ter a seguinte redação:

- Os encargos orçamentais previstos para a “REPARAÇÃO E REFORÇO DAS ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO DO TALUDE SOBRANCEIRO AO PORTO DE RECREIO DA CALHETA”, processo n.º 31/2016, no montante global de € 4.350.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

Ano económico de 2017 .....	€ 0,00
Ano económico de 2018 .....	€ 2.900.000,00
Ano económico de 2019 .....	€ 1.450.000,00

- A despesa relativa ao próximo ano económico será inscrita na rubrica da Secretaria 43 Capítulo 50 Divisão 02 Subdivisão 02, Projeto 51829 Fontes de Financiamento 191 e 232 e Classificação Económica 07.01.04.S0.00 da proposta do Orçamento da RAM para 2018.”

- Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Assinada a 2017/10/04.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E EUROPEUS, Mário Sérgio Quaresma Gonçalves Marques

### Portaria n.º 411/2017

de 17 de outubro

Dando cumprimento ao disposto nos números 1 e 2, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, por referência à alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e pelo n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e para efeitos do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 42-A/2016/M, de 30 de Dezembro, manda o Governo Regional pelo Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública e pelo Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus o seguinte:

- Os encargos orçamentais previstos para a “ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FRANCISCO FREITAS BRANCO – PORTO SANTO – PROJETOS DE ESPECIALIDADES”, processo n.º 10/2016, no valor global de € 36.400,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

Ano económico de 2016 .....	€ 30.940,00
Ano económico de 2017 .....	€ 1.092,00
Ano económico de 2018 .....	€ 2.912,00
Ano económico de 2019 .....	€ 1.456,00

- A despesa prevista para o corrente ano económico tem cabimento na rubrica da Secretaria 43 Capítulo 50 Divisão 02 Subdivisão 02, Projeto 51548, Fonte de

Financiamento 172 e 219 e Classificação económica 02.02.14.DS.00 do Orçamento da RAM para 2017.

3. A verba necessária para o ano económico de 2018 e 2019 será inscrita na respetiva proposta de orçamento da RAM para 2018.
4. A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.
5. Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Assinada a 2017/10/04.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E EUROPEUS, Mário Sérgio Quaresma Gonçalves Marques

## SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

### Portaria n.º 412/2017

de 17 de outubro

Dando cumprimento ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por referência ao disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, manda o Governo Regional, através dos Secretários Regionais das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, o seguinte:

1. Os encargos orçamentais relativos à aquisição de imunoglobulinas e soros para 1.º semestre de 2018, para o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., para o período de 6 (seis) meses, no valor global de EUR 345.153,41 (trezentos e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e três euros, quarenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

Ano Económico de 2017 ..... € 0,00;  
Ano Económico de 2018 ..... € 345.153,41.

2. A despesa emergente do contrato a celebrar está prevista na classificação económica D.02.01.09 da proposta de orçamento do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E. para 2018.
3. A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.
4. Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, no Funchal, aos 7 dias do mês de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE, Pedro Miguel de Câmara Ramos

### Portaria n.º 413/2017

de 17 de outubro

Dando cumprimento ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por referência ao disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, manda o Governo Regional, através dos Secretários Regionais das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, o seguinte:

1. Os encargos orçamentais relativos à aquisição de material para cirurgia laparoscópica para o ano 2018, válido pelo prazo de 1 (um) ano, no valor global de EUR 467.387,28 (quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e sete euros, vinte e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

Ano Económico de 2017 ..... € 0,00;  
Ano Económico de 2018 ..... € 467.387,28;

2. A despesa emergente do contrato a celebrar está prevista na fonte de financiamento 311, classificação económica D.02.01.11 da proposta de orçamento do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E. para 2018.
3. A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.
4. Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, no Funchal, aos 7 dias do mês de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE, Pedro Miguel de Câmara Ramos

### Portaria n.º 414/2017

de 17 de outubro

Dando cumprimento ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por referência ao disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, manda o Governo Regional, através dos Secretários Regionais das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, o seguinte:

1. Os encargos orçamentais relativos à aquisição de gases medicinais e aluguer de contadores de oxigénio medicinal para o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., válido pelo prazo de 1 (um) ano, com possibilidade de renovação por sucessivos períodos de um ano, até ao limite máximo de 3 (três) anos, no valor global de EUR 5.628.334,32 (cinco milhões, seiscentos e vinte e oito mil trezentos e trinta e quatro euros e trinta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em

vigor, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

Ano Económico de 2017 ..... € 0,00;  
Ano Económico de 2018 ..... € 1.876.111,44;  
Ano Económico de 2019 ..... € 1.876.111,44;  
Ano Económico de 2020 ..... € 1.876.111,44.

2. A despesa emergente do contrato a celebrar será prevista nas classificações económicas D.02.02.08 e D.02.01.09 da proposta de orçamento do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E. para 2018.
3. A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.
4. Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, no Funchal, aos 7 dias do mês de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE, Pedro Miguel de Câmara Ramos

## **SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE AGRICULTURA E PISCAS**

### **Portaria n.º 415/2017**

de 17 de outubro

O artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional, n.º 17/2017/M, de 8 de junho, estabelece que a integração de trabalhadores na carreira especial de inspeção depende da aprovação em curso de formação específico, de duração não inferior a seis meses, que deve ter lugar durante o período experimental, e cuja regulamentação deve ser efetuada por Portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área da Administração Pública e pela área das Pescas. Considerando que o regime da carreira especial de inspeção de pescas se aplica à Autoridade Regional de Pesca, serviço que tem por missão, nomeadamente, assegurar o cumprimento das regras aplicáveis à Política Comum das Pescas, garantir a regulamentação, a inspeção, controlo, auditoria, vigilância, fiscalização, das atividades de pesca dos nacionais independentemente da zona do globo onde atuem, bem como coordenar com as entidades nacionais, a programação e execução de missões de inspeção, controlo, auditoria, vigilância e fiscalização no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca (SIFICAP), importa proceder à regulamentação do plano de formação base da carreira especial de inspeção de pescas.

Neste contexto, foi tido em consideração, designadamente, o nível de especialização técnica e as características de relacionamento interpessoal indispensáveis ao exercício de funções naquela carreira e serviço, do qual fazem parte os Inspectores de pescas, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1224/2009 do Conselho, de 20 de novembro.

Assim, ao abrigo do disposto no número 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2017/M, de 8 de

junho, manda o Governo Regional, pelos Secretários das Finanças e da Administração Pública e da Agricultura e Pescas, o seguinte:

### **Artigo 1.º** **Objeto**

A presente Portaria estabelece a formação específica de trabalhadores na carreira especial de inspeção de pescas, bem como os termos da organização, duração, conteúdo e avaliação do curso de formação específico para integração na carreira especial de inspeção de pescas, nos termos do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2017/M, de 8 de junho.

### **Artigo 2.º** **Âmbito de aplicação**

A Portaria é aplicável aos trabalhadores nomeados na sequência de procedimento concursal para a ocupação de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Direção Regional de Pescas.

### **Artigo 3.º** **Duração e fases do curso**

O curso de formação tem a duração máxima de doze meses, divididas da seguinte forma:

- a) Formação teórica (FT);
- b) Formação em contexto de trabalho (FCT);
- c) Relatório do período experimental (RPE);

### **Artigo 4.º** **Formação teórica**

- 1 - A formação teórica consubstancia-se em cursos de formação profissional e destina-se a:
  - a) Proporcionar o conhecimento da atividade de controlo, inspeção, vigilância, auditoria e coordenação desenvolvida pela Autoridade Regional de Pescas, doravante ARP e dos direitos e deveres dos trabalhadores da carreira especial de inspeção de pescas, com vista ao desempenho eficaz e competente das funções previstas no conteúdo funcional da respetiva carreira de pessoal;
  - b) Transmitir um enquadramento teórico das metodologias, procedimentos e técnicas de atuação;
  - c) Difundir as regras e boas práticas instituídas e evidenciar o processo de comunicação nas ações da competência da ARP;
  - d) Avaliar a capacidade e o perfil dos trabalhadores para o cumprimento das respetivas funções, bem como a sua adequação às exigências das funções a desempenhar.
- 2 - A formação teórica abrange, designadamente, o conjunto de conteúdos constante do Anexo I à presente Portaria.
- 3 - Cada curso de formação teórica (AT) conclui-se com a realização de uma prova de conhecimentos cuja avaliação se traduz numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas e é entregue exclusivamente ao júri de formação.
- 4 - De cada curso de formação teórica (AT) com aproveitamento é emitido pela Secretaria Regional de

Agricultura e Pescas, doravante SRAP um certificado, a entregar ao trabalhador no final do período experimental.

- 5 - A avaliação final da formação teórica (AFT) corresponde à média aritmética simples, arredondada às centésimas, das avaliações de cada curso, calculada com base na seguinte fórmula:

$$AFT = \frac{AT1 + AT2 + AT \dots + ATn}{n}$$

- 6 - O resultado da avaliação (AFT) é comunicado ao trabalhador pelo júri.

#### Artigo 5.º

##### Formação em contexto de trabalho

- 1 - A formação em contexto de trabalho visa desenvolver e avaliar as capacidades do trabalhador para o desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho que vai ocupar.
- 2 - A formação a que se refere o número anterior realiza-se através da participação do trabalhador nas várias fases das ações ou missões de controlo, inspeção, vigilância, fiscalização e auditoria (MIS) desenvolvidas pela ARP.
- 3 - A participação do trabalhador deve ocorrer mediante a sua integração numa equipa e implica a supervisão do exercício das tarefas que lhe forem adstritas pelo chefe de equipa, em especial quando envolva a realização de missões junto dos órgãos, serviços ou entidades objeto da ação.

#### Artigo 6.º

##### Avaliação da formação em contexto de trabalho

- 1 - Os critérios, os fatores de apreciação e ponderação e a fórmula classificativa a utilizar para efeitos da avaliação em cada ação ou missão em contexto de trabalho constam do Anexo II à presente Portaria.
- 2 - Cada ação ou missão em contexto de trabalho (MIS) é classificada pelos inspetores chefes de equipa participantes em cada ação ou missão, ouvidos os restantes inspetores nomeados da equipa, ou pelo dirigente imediato quando a ação seja por si tutelada.
- 3 - A avaliação da formação em contexto de trabalho é valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, e é entregue exclusivamente ao júri de formação.
- 4 - A avaliação final em contexto de trabalho (AFCT) corresponde à média aritmética simples, arredondada às centésimas, das avaliações de cada ação/missão, calculada com base na seguinte fórmula:

$$AFCT = \frac{MIS1 + MIS2 + MIS \dots + MISn}{n}$$

- 5 - O resultado da avaliação final da formação em contexto de trabalho (AFCT) é comunicado ao trabalhador pelo júri.

#### Artigo 7.º

##### Relatório do período experimental

- 1 - O relatório do período experimental é individual, num tema definido pelo júri de formação em articulação com o trabalhador, até ao início do respetivo período experimental, cujos objetivos constam de documento escrito a integrar no relatório.
- 2 - A avaliação do relatório do período experimental (ARPE) é classificada de zero a vinte valores, com valoração até às centésimas.
- 3 - O relatório do período experimental é composto por um máximo de 17 folhas escritas, excluindo a folha da contracapa, assim distribuídas:
  - a) 1 para a capa;
  - b) 1 para agradecimentos;
  - c) 1 para índice;
  - d) 1 para os objetivos a que se refere o n.º 1;
  - e) 1 para siglas e acrónimos;
  - f) 1 para bibliografia/referências bibliográficas;
  - g) 1 ao critério do trabalhador;
  - h) 10 para o conteúdo do relatório, incluindo imagens e grafismos.
- 4 - Para efeitos do disposto no número anterior, a estrutura de conteúdos do relatório é livre, devendo respeitar a seguinte paginação:
  - a) Papel A4;
  - b) Impressão em frente-e-verso a preto-e-branco;
  - c) Margem superior/inferior/esquerda/direita: 3,6cm/2,4cm/2,6cm/1,6cm
  - d) Cabeçalho/rodapé: 1cm/1,8cm
  - e) Fonte/tamanho: Trebuchet Ms, 10
  - f) Espaçamento entre linhas dos parágrafos, 1,5, espaçamento antes, 0, espaçamento depois, 0;
  - g) Espaçamento entre linhas dos títulos/subtítulos, 1,0, espaçamento antes, 12, espaçamento depois, 8.

#### Artigo 8.º

##### Avaliação e ordenação final

- 1 - A classificação final (CF), arredondada às centésimas, traduz-se na média aritmética simples da classificação obtida na formação teórica, em contexto de trabalho e no relatório final, calculada com base na seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(3 \times AFT) + (5 \times AFCT) + (2 \times ARPE)}{10}$$

- 2 - A classificação final é expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, sendo os trabalhadores ordenados em lista final de acordo com essa escala classificativa.
- 3 - Em situação de igualdade de avaliação final, a ordenação dos trabalhadores é efetuada de forma decrescente, da seguinte forma:
  - a) Classificação obtida na formação em contexto de trabalho a que se refere o artigo 6.º;
  - b) Classificação obtida na formação teórica a que se refere o artigo 4.º;
  - c) Classificação do relatório do período experimental a que se refere o artigo 7.º;

- 4 - A lista com a classificação e ordenação finais é notificada aos trabalhadores, no prazo de oito dias, para efeitos de audiência prévia.
- 5 - No prazo de cinco dias após a audição dos interessados, a lista final é submetida à homologação do Diretor Regional de Pescas.
- 6 - A lista homologada é publicitada na Intranet e notificada aos respetivos trabalhadores.
- 7 - São considerados aprovados os trabalhadores que obtenham classificação final (CF) igual ou superior a 9,5 valores.

**Artigo 9.º**  
Júri e orientador do curso

- 1 - O acompanhamento do desenvolvimento do curso de formação específico, designadamente assegurar a articulação e coordenação dos vários intervenientes no mesmo, bem como a avaliação dos trabalhadores abrangidos, compete ao júri.
- 2 - Compete ao júri a elaboração do plano, a calendarização dos cursos e zelar pelo cumprimento do plano do período experimental.
- 3 - A constituição, composição, funcionamento e competência do júri obedecem, com as devidas adaptações, ao disposto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua última redação e na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.
- 4 - A orientação do curso é efetuada pelo dirigente do Serviço de Inspeção em articulação com o dirigente dos recursos humanos da SRAP e com um inspetor nomeado pela Autoridade Nacional de Pesca, aos quais incumbe, designadamente, assegurar a prestação do apoio técnico que se afigurar necessário aos trabalhadores e acompanhar a elaboração do relatório final, bem como avaliá-lo, sem prejuízo da orientação hierárquico-funcional existente no concreto contexto de trabalho em que decorra a formação.
- 5 - O exercício das funções de júri e de orientador de curso não confere o direito a qualquer remuneração.

**Artigo 10.º**  
Assiduidade e pontualidade

- 1 - A assiduidade e a pontualidade constituem elementos essenciais do aproveitamento dos trabalhadores.
- 2 - O trabalhador está obrigado à frequência de todas as atividades que integram o período experimental e a justificar as suas ausências e atrasos.

**Artigo 11.º**  
Faltas

O regime de faltas rege-se pelas normas gerais aplicáveis aos trabalhadores que exercem funções públicas, com as necessárias adaptações.

**Artigo 12.º**  
Cessação antecipada do período experimental

Constituem causa de cessação antecipada do período experimental:

- a) A falta de assiduidade, quando exceda cinco faltas seguidas injustificadas ou dez interpoladas;
- b) A falta de aproveitamento nos cursos de formação profissional quando obtenha uma classificação inferior a 09,50 valores em três avaliações sucessivas;
- c) A manifesta inadaptação para o exercício das funções e tarefas que são cometidas aos trabalhadores durante a formação em contexto de trabalho, quando obtenha uma classificação inferior a 09,50 valores em três avaliações sucessivas;

**Artigo 13.º**  
Formadores e entidades formadoras

- 1 - A formação profissional a que se refere o artigo 4.º da presente Portaria pode ser assegurada:
  - a) pela ANP, com recurso a formadores internos, externos e/ou instituições externas;
  - b) por instituições de ensino superior ou outras entidades formadoras, legalmente reconhecidas;
  - c) pelas entidades participantes no Sistema de Fiscalização e Controlo da Pesca (SIFICAP), instituído e regulado pelo Decreto Lei n.º 79/2001 de 5 de março.
- 2 - Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º anterior, cabe ao júri de formação e ao orientador de formação o reconhecimento da identidade dos conteúdos, a adequação do programa de formação, bem como o acompanhamento da sua execução e a sua avaliação.

**Artigo 14.º**  
Entrada em vigor

A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Funchal, aos 11 dias de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DE AGRICULTURA E PISCAS, José Humberto de Sousa Vasconcelos

Anexo I da Portaria n.º 415/2017, de 17 de outubro  
(a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º)

Áreas de formação	Conteúdos mínimos de referência	Duração de referência (Horas)
1. Organização política, administrativa e as instituições	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direito Constitucional: a organização política do Estado Português, as autonomias político-administrativas, o regime constitucional do Direito de mera ordenação social</li> <li>• União Europeia e as instituições</li> </ul>	30

Áreas de formação	Conteúdos mínimos de referência	Duração de referência (Horas)
2. Direito/Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei quadro da pesca</li> <li>• Política Comum das Pescas</li> <li>• Regras da Política Comum das Pescas</li> <li>• Infrações às regras da Política Comum das Pescas</li> <li>• Direito do mar (CNUDM)</li> <li>• Acordo para a Promoção do Cumprimento das Medidas Internacionais de Conservação e de Gestão pelos Navios de Pesca no Alto-Mar</li> <li>• Plano de ação internacional para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (pesca INN), da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas</li> <li>• Acordo sobre as medidas do Estado do porto com vista a prevenir, impedir e eliminar a pesca INN, da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas</li> <li>• Direito Processual Penal e Direito Penal</li> <li>• Código do procedimento administrativo</li> <li>• Regime geral das contraordenações</li> <li>• Prazos processuais e notificações</li> <li>• Direito Comercial</li> <li>• Direito da União</li> <li>• Direito internacional marítimo</li> <li>• Organização Marítima Internacional</li> <li>• Regulamento Geral das Capitánias</li> </ul>	60
3. Comportamental e protocolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deontologia e serviço público, direitos e deveres dos funcionários</li> <li>• Ética, deontologia e atitude profissional do Inspetor</li> <li>• Protocolo nacional e comunitário</li> <li>• Comunicação organizacional e pessoal</li> </ul>	25
4. Espécies	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espécies (identificação, distribuição, tamanhos mínimos de referência, legislação, planos plurianuais)</li> <li>• Medidas técnicas</li> <li>• Obrigações de descarga</li> <li>• Recolha de amostras para análise ADN</li> </ul>	60
5. Navios e meios de patrulha e vigilância	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Navios de pesca (ISSCFV), equipamentos de bordo e auxiliares de pesca e legislação aplicável</li> <li>• Governo do navio e responsabilidades do capitão/mestre</li> <li>• Navios e aeronaves patrulha</li> <li>• Fundamentos de navegação, GPS e cartografia básica</li> </ul>	40
6. Artes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artes de pesca (ISSCFG) e tecnologia da pesca e legislação aplicável</li> <li>• Medidas técnicas</li> <li>• Marcação e identificação</li> </ul>	25
7. Mercados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização Comum de Mercado</li> <li>• Normas de comercialização</li> <li>• Concorrência</li> <li>• Mecanismos de ajudas à produção e comercialização;</li> <li>• Organizações de Produtores</li> <li>• 1ª venda de pescado fresco</li> </ul>	35

Áreas de formação	Conteúdos mínimos de referência	Duração de referência (Horas)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rotulagem</li> <li>• Medidas técnicas</li> </ul>	
8. Rastreabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimentos de rastreabilidade</li> <li>• Análise e cruzamento de dados</li> <li>• Documentos obrigatórios</li> </ul>	15
9. Atividade e operações de pesca	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Setor da pesca</li> <li>• Registo e transmissão;</li> <li>• Acesso a porto.</li> <li>• Navios IUU</li> </ul>	25
10. Acordos de pesca e Organizações Regionais de Gestão das Pescas (ORGP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acordos de pesca nacionais (fronteiras e rios)</li> <li>• ORGP</li> <li>• Acordos com países terceiros</li> </ul>	30
11. Investigação e inquérito;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnicas de investigação, recolha de informação, inquérito e recolha de provas</li> </ul>	30
12. Linguística	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Noções básicas de inglês</li> </ul>	35
13. Análise e reporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ferramentas de análise e reporte (Word, Excel, PowerPoint, análise de imagem)</li> <li>• Análise e sistematização do reporte de informação e cruzamento de dados e informação</li> </ul>	35
14. Planeamento, coordenação e registo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amostragem, Relatórios de Inspeção e Avistamento; MONICAP (VMS); Licenciamento e autorizações de pesca; Encerramentos em tempo real; Livrete, TAC e Quota; Regime de controlo no âmbito da Política Comum das Pescas</li> <li>• SIFICAP;</li> <li>• Indicadores estatísticos da atividade inspetiva</li> <li>• Planeamento, técnicas e variáveis de planeamento</li> <li>• Relatórios</li> </ul>	30
15. Sistemas de monitorização, controlo e vigilância	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamentos e sistemas de deteção, monitorização, controlo e vigilância e monitorização (nomeadamente radares, VTS, AIS, comunicação rádio, bitolas, alicates, binóculos);</li> </ul>	30
16. Segurança e defesa pessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições de segurança e saúde no trabalho, incluindo salvaguarda da vida humana no mar (Convenção SOLAS) e limitação de avarias</li> <li>• Gestão de conflitos</li> <li>• Formação técnica e cívica</li> </ul>	40
17. Classificação de matérias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração/gestão em matérias classificadas</li> </ul>	7
18. Administração do Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regime de administração financeira do Estado</li> <li>• Contratação pública</li> <li>• Princípios, regras e responsabilidades na gestão pública de recursos humanos, financeiros e patrimoniais</li> </ul>	21
19. Gestão de risco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão de risco</li> <li>• Análise</li> </ul>	10
20. Normas e procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inspeção</li> <li>• Coordenação</li> <li>• Auditoria</li> </ul>	10
21. Missão e competências legais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterização da intervenção da Autoridade Nacional de Pesca e da Autoridade Regional de Pesca</li> </ul>	7

Total

600 H



## Anexo II da Portaria n.º 415/2017, de 17 de outubro

(a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º)

AÇÃO/MISSÃO:

N.º/Referência:

Participantes:

Data e hora de início:

Data e hora de fim:

ENTIDADES ENVOLVIDAS:

TABELA DE AVALIAÇÃO:

DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
<b>A. OBJETIVOS</b>	
Contribuição para o resultado da ação com melhorias para o plano de ação/missão que decididamente contribuíram para o resultado, classificado da seguinte forma:	00,00-03,00
a) Interesse em integrar-se na missão e estrutura do serviço ou capacidade para o exercício das funções e desempenho das atividades cometidas aos trabalhadores e inerentes ao conteúdo funcional da respetiva carreira (00,00 a 01,00);	
b) Capacidade para entender ou aplicar normas e instruções (00,00 a 01,00);	
c) Incorreção ou demora injustificada na execução de tarefas (00,00 a 01,00).	
<b>B. COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS</b>	
Trabalho em equipa (capacidade para lidar com seus pares para atingir e até superar metas, vencer desafios)	00,00 a 02,50
Ética (capacidade para valorizar a integridade e adotar princípios de responsabilidade social e os limites do exercício de autoridade do pessoal de inspeção de pescas)	00,00 a 02,50
Prudência (capacidade para avaliar uma proposta e ouvir a opinião do colega de trabalho evitando-se a adoção de atitudes precipitadas)	00,00 a 02,50
Visão holística (capacidade para olhar para a organização que representa e suas responsabilidades através de um contexto amplo, não se alheando ao que ocorre ao seu redor e no âmbito da ação)	00,00 a 02,00
Intuição (capacidade de perceção frente a uma determinada situação, sem a utilização do raciocínio lógico)	00,00 a 01,50
Flexibilidade (capacidade para aceitar mudanças e situações e comportamentos antagónicos, dizendo um “não” à zona de conforto)	00,00 a 02,00
<b>C. ATITUDE PESSOAL</b>	
Interesse demonstrado	00,00 a 02,00
Motivação demonstrada	00,00 a 02,00
<b>TOTAL</b>	<b>≤20,00</b>

FORMADORES/TUTORES DA AÇÃO/MISSÃO:

DATA DA CLASSIFICAÇÃO:

## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda .....	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas .....	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas .....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas .....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas .....	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

## ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	<b>Anual</b>	<b>Semestral</b>
Uma Série.....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries.....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries.....	€ 63,78	€ 31,95;
Completa .....	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA  
IMPRESSÃO  
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial  
Departamento do Jornal Oficial  
Número 181952/02

Preço deste número: € 3,05 (IVA incluído)